



ACORDO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O REINO DA ESPANHA RELATIVO À SEGURANÇA DE INFORMAÇÕES SIGILOSAS

A República Federativa do Brasil

e

O Reino da Espanha
(doravante designados por “Partes”),

Reconhecendo a necessidade de garantir a segurança de informações sigilosas trocadas no âmbito de instrumentos de cooperação ou contratos celebrados entre as mesmas, suas pessoas físicas, órgãos e entidades credenciadas;

Desejando estabelecer um conjunto de regras e procedimentos sobre segurança de informações sigilosas em conformidade ao ordenamento jurídico da República Federativa do Brasil e do Reino da Espanha;

Acordam o seguinte:

Artigo 1º Objeto e Âmbito de Aplicação

1. O presente Acordo estabelece regras e procedimentos para segurança de informações sigilosas trocadas entre as Partes, suas pessoas físicas, órgãos e entidades credenciadas.
2. Nenhuma das Partes poderá invocar o presente Acordo com o objetivo de obter informação sigilosa que a outra Parte tenha recebido de uma terceira Parte.

Artigo 2º Definições

Para os efeitos do presente Acordo:

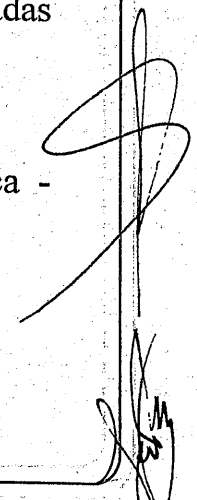
- a) “Autoridade nacional de segurança – ANS” designa a entidade indicada por cada Parte para a implementação do presente Acordo;

- b) “Parte transmissora” designa a Parte que transmite informação sigilosa à outra Parte;
- c) “Parte destinatária” designa a Parte à qual é transmitida informação sigilosa;
- d) “terceira Parte” designa qualquer organização internacional ou Estado que não é parte no presente Acordo;
- e) “instrução de segurança do projeto” designa os procedimentos e medidas de segurança aplicáveis a um determinado projeto ou contrato sigiloso;
- f) “contrato sigiloso” designa qualquer ajuste, convênio ou acordo de cooperação cujo objeto ou execução implique o tratamento de informações sigilosas;
- g) “quebra de segurança” designa a ação ou omissão, intencional ou accidental, que resulta no comprometimento ou no risco de comprometimento de informação sigilosa;
- h) “tratamento” designa a recepção, produção, reprodução, utilização, acesso, transporte, transmissão, distribuição, armazenamento, destruição e controle de informações sigilosas;
- i) “credenciamento de segurança” designa a habilitação de pessoas físicas, órgãos e entidades para tratamento de informações sigilosas;
- j) “credencial de segurança” designa o certificado, concedido por autoridade competente, que habilita determinada pessoa a ter acesso a informações em diferentes graus de sigilo.

Artigo 3º **Autoridades Nacionais de Segurança**

1. As Autoridades nacionais de segurança de cada Parte são representadas pelos órgãos abaixo relacionados:

Pela República Federativa do Brasil:
Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - GSIPR
Praça dos Três Poderes, Palácio do Planalto
70.150-900 Brasília
Brasil



Pelo Reino de Espanha:

Oficina Nacional de Seguridad - ONS
Centro Nacional de Inteligencia - CNI
Avda. Padre Huidobro, s/n
28023 Madrid
Espanha

2. As Autoridades nacionais de segurança informar-se-ão mutuamente sobre a respectiva legislação em vigor que regulamenta a segurança de informações sigilosas.
3. Com vistas a assegurar uma estreita cooperação na aplicação do presente Acordo, as Autoridades nacionais de segurança poderão consultar-se sempre que solicitado por uma delas.
4. Representantes da Autoridade nacional de segurança de uma Parte poderão efetuar visitas nos estabelecimentos da Autoridade nacional de segurança da outra Parte com a finalidade de conhecer procedimentos e medidas de segurança aplicáveis às informações sigilosas.
5. Se solicitado, as Partes, por meio das suas Autoridades nacionais de segurança, tendo em conta o respectivo direito interno em vigor, colaborarão entre si no decurso dos procedimentos necessários ao credenciamento de segurança de suas pessoas físicas que tenham residido ou residam no território da outra Parte.
6. As Autoridades nacionais de segurança assegurarão que as pessoas físicas, órgãos e entidades credenciadas de seu país cumprirão as obrigações do presente Acordo.

Artigo 4º
Regras de Segurança

1. As Partes acordam que os seguintes graus de sigilo são equivalentes:

República Federativa do Brasil	Reino da Espanha
ULTRA SECRETO	SECRETO
SECRETO	RESERVADO
CONFIDENCIAL	CONFIDENCIAL
RESERVADO	DIFUSIÓN LIMITADA

2. A Parte destinatária concederá à informação sigilosa recebida o grau de sigilo equivalente ao expressamente concedido pela Parte transmissora, em conformidade ao disposto no item 1.

3. A Parte destinatária não poderá reclassificar, desclassificar ou destruir informação sigilosa recebida sem prévia autorização escrita da Autoridade nacional de segurança da Parte transmissora.

4. A Parte transmissora informará à Parte destinatária da reclassificação ou desclassificação da informação sigilosa transmitida.

5. O acesso à informação sigilosa será limitado às pessoas que tenham necessidade de conhecer e que estejam habilitadas por credenciamento de segurança.

6. As Partes reconhecerão reciprocamente as credenciais de segurança emitidas de acordo com legislação da outra Parte.

7. A informação sigilosa transmitida só poderá ser usada para os fins para os quais foi transmitida.

8. A informação sigilosa marcada como ULTRA-SECRETO/SECRETO somente poderá ser traduzida, reproduzida ou destruída mediante autorização escrita da Autoridade nacional de segurança da Parte transmissora.

9. As traduções e reproduções de informações sigilosas serão efetuadas em conformidade com os seguintes procedimentos:

a) os tradutores deverão estar credenciados na categoria correspondente ao grau de sigilo da informação sigilosa a ser traduzida;

b) as traduções e as reproduções deverão ser marcadas com a mesma classificação que a informação sigilosa original;

c) as traduções e reproduções serão controladas pelas Partes;

d) as traduções deverão ter a indicação apropriada, na língua para a qual foram traduzidas, de que contêm informações sigilosas recebidas da Parte transmissora.

Artigo 5º

Transmissão entre as Partes

1. A informação sigilosa será transmitida entre as Partes por meio dos canais diplomáticos ou de pessoas físicas, órgãos ou entidades devidamente credenciadas e autorizadas pela Parte transmissora.

2. A informação sigilosa poderá ser transmitida por meio de sistemas de comunicação protegidos, redes ou outros meios eletromagnéticos aprovados por ambas as Partes.

3. A transmissão de informação sigilosa volumosa ou em grande quantidade será aprovada em cada caso, por ambas as Autoridades nacionais de segurança.

4. A Autoridade nacional de segurança da Parte destinatária confirmará, por escrito, a recepção de informação sigilosa.

5. A Parte destinatária não transmitirá informação sigilosa a uma terceira Parte, ou a qualquer pessoa física, órgão ou entidade que tenha a nacionalidade de um terceiro Estado, sem autorização prévia, por escrito, da Parte transmissora.

Artigo 6º

Contratos Sigilosos

1. No caso de contratos sigilosos celebrados ou a celebrar que prevejam a transmissão de informações sigilasas será exigido o credenciamento de segurança dos contratantes pelas Autoridades nacionais de segurança das Partes.

2. Qualquer sub-contratante também deverá ser credenciado, obrigando-se pela segurança das informações sigilasas.

3. Os contratos sigilosos deverão conter cláusulas que contemplem os seguintes itens:

- a) identificação das informações sigilasas;
- b) previsão de uma instrução de segurança do projeto definindo o conjunto de procedimentos e medidas de segurança aplicáveis às informações sigilasas;
- c) responsabilização pelos danos decorrentes de quebra de segurança;
- d) obrigação de informar qualquer quebra de segurança a sua Autoridade nacional de segurança;
- e) vedação de sub-contratação total ou parcial do objeto sem expressa autorização do outro contratante;
- f) previsão dos canais de comunicação e meios para transmissão das informações sigilasas;

- g) obrigação do contratado, de seus empregados, prepostos ou representantes, de manter sigilo;
- h) necessidade de identificação das pessoas que terão acesso a informações sigilosas;
- i) responsabilização pelo não cumprimento dos procedimentos e medidas de segurança aplicáveis às Informações Sigilosas.

4. Uma cópia do contrato sigiloso deverá ser remetida à Autoridade nacional de segurança da Parte onde o contrato sigiloso será cumprido para verificação do cumprimento das cláusulas de segurança.

Artigo 7º Visitas

1. As visitas que envolvam acesso a informação sigilosa por nacionais de uma Parte à outra Parte estarão sujeitas a autorização prévia, por escrito, conferida pelas Autoridades Nacionais de Segurança.

2. O pedido de visita será apresentado por intermédio das Autoridades nacionais de segurança com um prazo de antecedência mínima de trinta (30) dias à data prevista para a visita.

3. As visitas serão autorizadas por uma Parte aos visitantes da outra Parte, somente se estes:

- a) possuírem credenciamento de segurança válido concedido pelo seu país de origem; e
- b) estiverem autorizados a receber ou a ter acesso à informação sigilosa fundamentado na necessidade de conhecer.

4. O pedido de visita será apresentado por intermédio das Autoridades nacionais de segurança, devendo incluir as seguintes informações:

- a) dados pessoais do visitante: nome e sobrenome, data e local de nascimento, nacionalidade, passaporte ou outra cédula de identidade;
- b) indicação do órgão ou da entidade em à qual o visitante pertence;
- c) dados relacionados à visita: período da visita, objeto e propósito da visita, indicação da entidade que pretende visitar;

- d) indicação de um contato no órgão ou entidade que pretende visitar, com nome, sobrenome e número de telefone;
- e) indicação do grau de sigilo da informação que se pretende acessar;
- f) certificação da posse de uma credencial de segurança do visitante, constando o grau de sigilo, o prazo de validade e qualquer limitação que conste na mesma.

5. A Autoridade nacional de segurança do país anfitrião notificará a Autoridade nacional de segurança do país do visitante de sua decisão com um prazo de antecedência mínima de dez (10) dias à data prevista para a visita.

6. Uma vez autorizada a visita, a Autoridade nacional de segurança do país anfitrião fornecerá uma cópia do pedido à entidade a ser visitada.

7. Em relação aos projetos ou contratos que exijam visitas recorrentes poderá ser elaborada uma lista das pessoas autorizadas. Essa lista não poderá ter validade superior a doze (12) meses.

Artigo 8º Quebra de Segurança

1. Em caso de quebra de segurança relacionada à informação sigilosa que envolva as Partes deste acordo, a Autoridade nacional de segurança da Parte onde ocorre a quebra de segurança informará, prontamente, a Autoridade nacional de segurança da outra Parte.

2. A Parte onde ocorre a quebra de segurança deverá investigar ou acompanhar a investigação do incidente e, ao final, informar prontamente a outra Parte sobre o resultado da investigação e as medidas de correção aplicadas.

Artigo 9º Custos

Cada Parte assumirá os custos que para si advenham da aplicação e supervisão do presente Acordo.

Artigo 10

Solução de Controvérsias

1. Qualquer controvérsia sobre a interpretação ou a aplicação do presente Acordo será resolvida por via diplomática com a participação das Autoridades acionais de segurança.
2. Durante o período de resolução das controvérsias o Acordo deverá continuar sendo cumprido.

Artigo 11

Entrada em Vigor

O presente Acordo entrará em vigor trinta (30) dias após a recepção da última notificação, por escrito e por via diplomática, informando que foram cumpridos os requisitos do Direito interno das Partes.

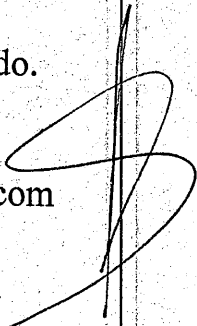
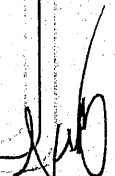
Artigo 12

Revisão

1. O presente Acordo poderá ser objeto de revisão com base no consentimento mútuo, por escrito, das Partes.
2. As emendas entrarão em vigor nos termos previstos no Artigo 11 do presente Acordo.

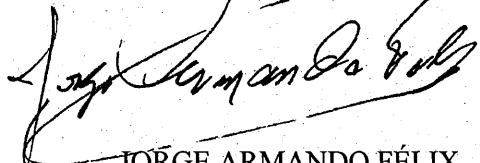
Artigo 13

Vigência e denúncia

1. O presente Acordo permanecerá em vigor por um período indeterminado.
 2. As Partes poderão, a qualquer momento, denunciar o presente Acordo.
 3. A denúncia deverá ser notificada por escrito e por via diplomática com no mínimo seis (6) meses de antecedência.
 4. Não obstante a denúncia, a informação sigilosa trocada ao abrigo do presente Acordo continuará a ser protegida em conformidade com as disposições do mesmo, até que a Parte transmissora dispense a Parte destinatária dessa obrigação.
- 
- 

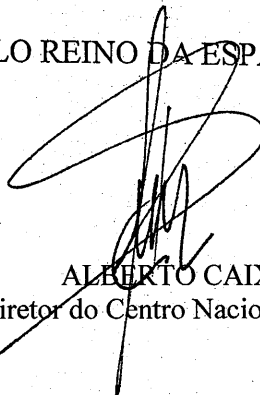
Em fé do que, os representantes devidamente autorizados por seus respectivos Governos assinam esse Acordo em *Madri*, no dia *17* do mês de *setembro* do ano de 2007, nas versões em língua portuguesa e espanhola, sendo ambas igualmente autênticas.

PELA REPÚBLICA FEDERATIVA
DO BRASIL:



JORGE ARMANDO FÉLIX
Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança
Institucional

PELO REINO DA ESPANHA:



ALBERTO CAIX CORTÉS
Diretor do Centro Nacional de Inteligência

ACUERDO ENTRE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DE BRASIL Y EL REINO DE ESPAÑA RELATIVO A LA SEGURIDAD DE LA INFORMACIÓN CLASIFICADA

La República Federativa de Brasil

y

El Reino de España
(en lo sucesivo denominados las "Partes"),

Reconociendo la necesidad de garantizar la seguridad de la Información Clasificada intercambiada en el ámbito de instrumentos de cooperación o contratos celebrados entre las mismas, sus personas físicas, órganos o entidades acreditadas;

Deseando establecer un conjunto de reglas y procedimientos sobre seguridad de la Información Clasificada de conformidad con el ordenamiento jurídico del Reino de España y la República Federativa de Brasil;

Han convenido en lo siguiente:

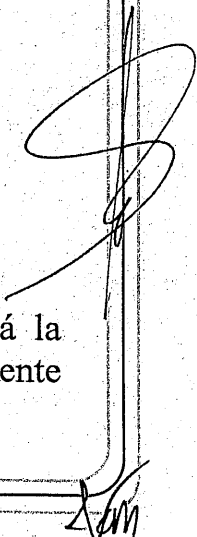
Artículo 1 **Objeto y ámbito de aplicación**

1. El presente Acuerdo establece reglas y procedimientos para la seguridad de la Información Clasificada intercambiada entre las Partes, sus personas físicas, órganos o entidades acreditadas.
2. Ninguna de las Partes podrá invocar el presente Acuerdo con el fin de obtener Información Clasificada que la otra Parte haya recibido de una Tercera Parte.

Artículo 2 **Definiciones**

A los efectos del presente Acuerdo:

- a) Por "Autoridad Nacional de Seguridad – ANS" se entenderá la autoridad designada por cada Parte para la aplicación del presente Acuerdo;



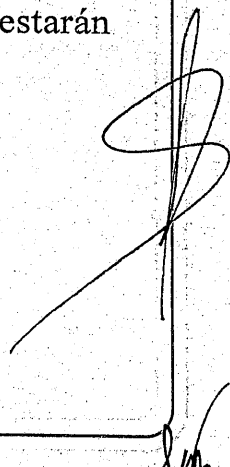
- b) Por "Parte Transmisora" se entenderá la Parte que transmite la Información Clasificada a la otra Parte;
- c) Por "Parte Destinataria" se entenderá la Parte a la que se transmite la Información Clasificada;
- d) Por "Tercera Parte" se entenderá cualquier organización internacional o Estado que no sea Parte en el presente Acuerdo;
- e) Por "Instrucción de Seguridad del Proyecto" se entenderá el conjunto de procedimientos y medidas de seguridad aplicables a un determinado proyecto o Contrato Clasificado;
- f) Por "Contrato Clasificado" se entenderá cualquier contrato, convenio o acuerdo de cooperación cuyo objeto o ejecución implique el tratamiento de Información Clasificada;
- g) Por "Quiebra de la Seguridad" se entenderá cualquier acto u omisión, intencional o accidental, del que resulte la puesta en peligro o el riesgo de que se ponga en peligro la Información Clasificada;
- h) Por "Tratamiento" se entenderá la recepción, producción, reproducción, utilización, acceso, transporte, transmisión, distribución, almacenamiento, destrucción y control de la Información Clasificada;
- i) Por "Habilitación de Seguridad" se entenderá la habilitación de personas físicas, órganos o entidades para el tratamiento de la Información Clasificada;
- j) Por "Certificado de Seguridad" se entenderá el certificado concedido por la autoridad competente, que habilita a una determinada persona a tener acceso a informaciones con diferentes grados de clasificación.

Artículo 3

Autoridades Nacionales de Seguridad

1. Las Autoridades Nacionales de Seguridad de cada Parte estarán representadas por los órganos abajo indicados:

Por el Reino de España:
Oficina Nacional de Seguridad - ONS
Centro Nacional de Inteligencia - CNI
Avda. Padre Huidobro, s/n
28023 Madrid
España



Por la República Federativa de Brasil:
Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República -
GSIPR Praça dos Três Poderes, Palácio do Planalto
70.150-900 Brasília
Brasil

2. Las Autoridades Nacionales de Seguridad se informarán mutuamente sobre la legislación en vigor respectiva que regula la seguridad de la Información Clasificada.

3. Con la finalidad de garantizar una estrecha cooperación en cuanto a la aplicación del presente Acuerdo, las Autoridades Nacionales de Seguridad podrán consultarse siempre que lo solicite una de ellas.

4. Los representantes de la Autoridad Nacional de Seguridad de una de las Partes podrán efectuar visitas a los establecimientos de la Autoridad Nacional de Seguridad de la otra Parte con el fin de conocer los procedimientos y las medidas de seguridad aplicables a la Información Clasificada.

5. Previa solicitud, las Partes, a través de sus Autoridades Nacionales de Seguridad, y teniendo en cuenta el Derecho interno en vigor respectivo, colaborarán mutuamente durante los procedimientos necesarios para la habilitación de seguridad de sus ciudadanos residentes o que hayan residido en el territorio de la otra Parte.

6. Las Autoridades Nacionales de Seguridad se asegurarán de que las personas físicas, órganos o entidades habilitadas de su país cumplan las obligaciones del presente Acuerdo.

Artículo 4 Reglas de Seguridad

1. Las Partes acuerdan la siguiente equivalencia entre los niveles de clasificación:

República Federativa de Brasil	Reino de España
ULTRA SECRETO	SECRETO
SECRETO	RESERVADO
CONFIDENCIAL	CONFIDENCIAL
RESERVADO	DIFUSIÓN

2. La Parte Destinataria concederá a la Información Clasificada recibida el nivel de clasificación equivalente al expresamente asignado por la Parte Transmisora, de conformidad con lo dispuesto en el número 1.

3. La Parte Destinataria no podrá reclasificar, desclasificar o destruir la Información Clasificada recibida sin la autorización escrita previa de la Autoridad Nacional de Seguridad de la Parte Transmisora.

4. La Parte Transmisora informará a la Parte Destinataria de la reclasificación o desclasificación de la Información Clasificada transmitida.

5. El acceso a la Información Clasificada estará limitado a las personas que tengan necesidad de conocer y que estén en posesión de una Habilitación Personal de Seguridad.

6. Las Partes se reconocerán recíprocamente los Certificados de Seguridad expedidos conforme a la legislación de la otra Parte.

7. La Información Clasificada transmitida sólo podrá utilizarse para los fines para los que fue transmitida.

8. La Información Clasificada marcada como SECRETO / ULTRA SECRETO solamente podrá ser traducida, reproducida o destruida mediante autorización escrita de la Autoridad Nacional de Seguridad de la Parte Transmisora.

9. Las traducciones y reproducciones de la Información Clasificada se realizarán con arreglo a los siguientes procedimientos:

- a) los traductores deberán estar habilitados al nivel correspondiente de clasificación de la Información Clasificada que se vaya a traducir;
- b) las traducciones y reproducciones deberán estar marcadas con la misma clasificación que la Información Clasificada original;
- c) las traducciones y reproducciones serán controladas por las Partes;
- d) las traducciones deberán contener una indicación apropiada, en la lengua a la que se hayan traducido, de que contienen Información Clasificada recibida de la Parte Transmisora.

Artículo 5

Transmisión entre las Partes

1. La Información Clasificada se transmitirá entre las Partes por conducto diplomático o a través de personas físicas, órganos o entidades debidamente habilitados y autorizados por la Parte Transmisora.

2. La Información Clasificada podrá transmitirse a través de sistemas de comunicaciones protegidos, redes u otros medios electromagnéticos aprobados por ambas Partes.

3. La transmisión de Información Clasificada voluminosa o en grandes cantidades será aprobada, en cada caso, por ambas Autoridades Nacionales de Seguridad.

4. La Autoridad Nacional de Seguridad de la Parte Destinataria confirmará, por escrito, la recepción de la Información Clasificada.

5. La Parte Destinataria no transmitirá Información Clasificada a ninguna Tercera Parte ni a persona física, órgano o entidad alguna que tenga la nacionalidad de un tercer Estado, sin autorización previa, por escrito, de la Parte Transmisora.

Artículo 6 **Contratos Clasificados**

1. En el caso de Contratos Clasificados, celebrados o que se prevea celebrar, que impliquen transmisión de Información Clasificada, se exigirá la habilitación de seguridad de los contratistas por las Autoridades Nacionales de Seguridad de las Partes.

2. Todo subcontratista deberá también estar habilitado, comprometiéndose a proteger la Información Clasificada.

3. Todo Contrato Clasificado deberá contener unas cláusulas que contemplen los siguientes aspectos:

- a) identificación de la Información Clasificada;
- b) una Instrucción de Seguridad del Proyecto que defina el conjunto de procedimientos y medidas de seguridad aplicables a la Información Clasificada;
- c) responsabilidades por los daños derivados de cualquier Quiebra de la Seguridad;
- d) obligación de informar de cualquier Quiebra de la Seguridad a su Autoridad Nacional de Seguridad;
- e) prohibición de subcontratar total o parcialmente sin la expresa autorización del otro contratante;
- f) previsión de los canales de comunicación o de los medios para la transmisión de la Información Clasificada;
- g) obligación de que el contratista, sus empleados, directivos o representantes mantengan la confidencialidad correspondiente;
- h) necesidad de que las personas que tengan acceso a la Información Clasificada estén identificadas;

- i) responsabilidades por el incumplimiento de los procedimientos y medidas de seguridad aplicables a la Información Clasificada.

4. Deberá remitirse una copia de cada Contrato Clasificado a la Autoridad Nacional de Seguridad de la Parte donde vaya a ejecutarse el contrato clasificado, con el fin de verificar el cumplimiento de las Cláusulas de Seguridad.

Artículo 7

Visitas

1. Las visitas de nacionales de una Parte a la otra Parte, que impliquen acceso a Información Clasificada, estarán sujetas a autorización previa, por escrito, de las Autoridades Nacionales de Seguridad.

2. La solicitud de visita se presentará a través de las Autoridades Nacionales de Seguridad con una antelación mínima de treinta (30) días respecto de la fecha prevista para la visita.

3. Cada Parte autorizará las visitas de los visitantes de la otra Parte únicamente cuando éstos:

- a) estén en posesión de una Habilitación de Seguridad válida concedida por su país de origen; y

- b) estén autorizados a recibir o tener acceso a Información Clasificada en virtud de una necesidad de conocer.

4. La solicitud de visita se presentará a través de las Autoridades Nacionales de Seguridad, debiendo incluir la siguiente información:

- a) datos personales del visitante: nombre y apellidos, fecha y lugar de nacimiento, nacionalidad, número de pasaporte u otro documento de identidad;

- b) indicación del órgano o entidad a que pertenece el visitante;

- c) datos relacionados con la visita: periodo de la visita, objeto y propósito de la misma, indicación de la entidad que se desea visitar;

- d) indicación de un contacto en el órgano o entidad que se desea visitar, con nombre, apellido y número de teléfono;

e) indicación del nivel de clasificación de la información a la que se desea acceder;

f) certificación de la tenencia de una Habilitación de Seguridad del visitante, en la que figure el nivel de clasificación, el plazo de validez y cualquier limitación que conste en la misma.

5. La Autoridad Nacional de Seguridad del país anfitrión notificará su decisión a la Autoridad Nacional de Seguridad del país del visitante con una antelación mínima de diez (10) días respecto de la fecha prevista para la visita.

6. Una vez que haya sido autorizada la visita, la Autoridad Nacional de Seguridad del país anfitrión remitirá una copia de la solicitud de visita a la entidad que vaya a ser visitada.

7. En caso de proyectos o contratos que exijan visitas periódicas, podrán elaborarse listas de personas autorizadas. Dichas listas no podrán tener una validez superior a doce (12) meses.

Artículo 8

Quiebra de la Seguridad

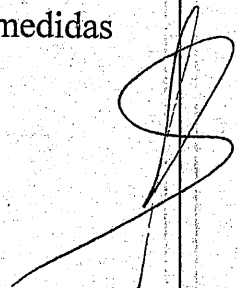
1. En el caso de una Quiebra de la Seguridad relacionada con la Información Clasificada que afecte a las Partes en el presente Acuerdo, la Autoridad Nacional de Seguridad de la Parte donde se haya producido la Quiebra de la Seguridad informará inmediatamente a la Autoridad Nacional de Seguridad de la otra Parte.

2. La Parte donde se haya producido la Quiebra de la Seguridad deberá investigar o colaborar en la investigación del incidente e informar tan pronto como sea posible a la otra Parte sobre el resultado de la investigación y las medidas correctivas aplicadas.

Artículo 9

Gastos

Cada una de las Partes asumirá sus propios gastos derivados de la aplicación y supervisión del presente Acuerdo.



Artículo 10

Resolución de Controversias

1. Cualquier controversia sobre la interpretación o aplicación del presente Acuerdo se resolverá por conducto diplomático con la participación de las Autoridades Nacionales de Seguridad.
2. El Acuerdo deberá continuar cumpliéndose durante el periodo de resolución de las controversias.

Artículo 11

Entrada en vigor

El presente Acuerdo entrará en vigor treinta (30) días después de la fecha de recepción de la última notificación por escrito y por conducto diplomático, por la que se comunique el cumplimiento de los requisitos del derecho interno de ambas Partes.

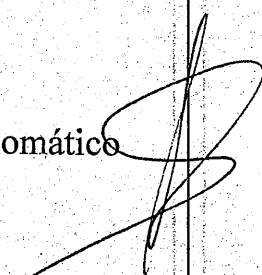
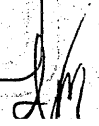
Artículo 12

Revisión

1. El presente Acuerdo podrá ser revisado con el consentimiento mutuo, por escrito, de ambas Partes.
2. Las enmiendas entrarán en vigor con arreglo a lo dispuesto en el artículo 11 del presente Acuerdo.

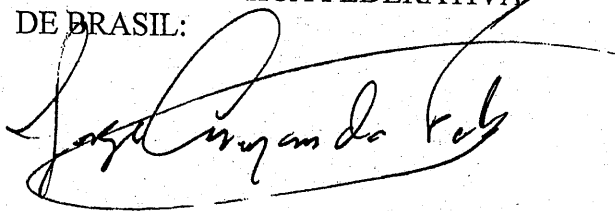
Artículo 13

Vigencia y denuncia

1. El presente Acuerdo se concluye por un periodo de tiempo indefinido.
 2. Cada una de las Partes podrá denunciar el presente Acuerdo en cualquier momento.
 3. La denuncia deberá notificarse por escrito y por conducto diplomático con un mínimo de seis (6) meses de antelación.
 4. No obstante la denuncia, toda la Información Clasificada transmitida en virtud del presente Acuerdo seguirá protegida de conformidad con las disposiciones establecidas en el mismo, hasta que la Parte Transmisora exima a la Parte Destinataria de esa obligación.
- 
- 

En fe de lo cual, los representantes debidamente autorizados por sus respectivos Gobiernos, firman el presente Acuerdo en Madrid, el 17 de septiembre de 2007, en español y portugués, siendo ambos textos igualmente auténticos.

POR LA REPÚBLICA FEDERATIVA
DE BRASIL:



POR EL REINO DE ESPAÑA:

